



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS  
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP  
E-mail: coace@ufscar.br

1  
2 **ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
3 **CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS**  
4

5 **Data:** 07 de julho de 2020.

6 **Horário:** 14h

7 **Local:** Via ferramenta Google Meet

8 **Presidência:** PROF. DR. LEONARDO ANTÔNIO DE ANDRADE

9 **Membros:** Conforme assinaturas na lista de presença

10 **Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

11 Aos sete dias de julho de dois mil e vinte, às 14 horas, via ferramenta Google Meet realizou-se a 45ª  
12 Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis - CoACE da Pró-Reitoria  
13 de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE, presidida pelo Pró-Reitor Prof. Dr. Leonardo  
14 Antônio de Andrade juntamente à Pró-Reitora Adjunta Sra. Francy Mary Alves Back. O presidente  
15 iniciou a reunião saudando todos os presentes. 1.1 INFORMES DA PRESIDÊNCIA: Sra. Francy  
16 deu um retorno referente à última Resolução do Conselho relacionada à criação do GT para indicar  
17 como funcionaria o PAE e as políticas de permanência estudantil durante a pandemia; disse que  
18 além dos membros do GT indicados na última reunião, houve também a eleição para os  
19 representantes bolsistas do GT, com representação de bolsistas dos quatro campi; disse que foi  
20 criado o formulário tanto para indicação, quanto para votação, dessa forma foi elaborado o ato  
21 nomeando os participantes dessa comissão. Sr. Thomas passou os dados da eleição dos discentes  
22 bolsistas, disse que da última reunião saíram com um representante discente de São Carlos e um de  
23 Sorocaba e foi pactuada a eleição para os demais representantes discentes: bolsista moradia vaga  
24 São Carlos, moradia vaga Sorocaba, moradia espécie de Araras e Lagoa do Sino; o processo foi  
25 realizado em três etapas, uma comunicação sobre o que foi deliberado, um formulário para quem  
26 tivesse interesse em se inscrever e no dia 30 a eleição com os seguintes resultados: São Carlos –  
27 Karen (1º lugar), Felipe (2º lugar), Abel (3º lugar); Araras - David (1º lugar), Bruno (2º lugar), João  
28 (3º lugar); Lagoa do Sino - Myrian (1º lugar), Luana (2º lugar), Erliane (3º lugar); Sorocaba –  
29 Gabriela (única inscrita); disse que em São Carlos Karen pediu para declinar e Felipe assumiu seu  
30 lugar. Sra. Francy disse que foi enviado um ofício para o CCI e SAADE solicitando que ambos  
31 indicassem um representante para compor o GT, que já fizeram a indicação, estando todas as  
32 representações completas; disse que os técnicos da Pró-Reitoria criaram um instrumental para  
33 escuta de todos os estudantes bolsistas para levantar demandas que tinham durante esse período, e  
34 que dividiram esse instrumento em três partes: impacto da pandemia na organização da vida dos  
35 bolsistas (parentes contaminados, perdas, impactos na estruturação financeira), áreas de  
36 investimento PNAES que deveriam ser focadas dentro das alíneas, expectativas de oferta de  
37 serviços; houve uma boa taxa de resposta (50% dos bolsistas); o objetivo era trazer subsídio para os  
38 trabalhos do GT conhecendo as expectativas, demandas e o que pensavam para o período da  
39 pandemia, orientando o trabalho técnico que seria montado a partir dos indicativos desse

40 instrumental, juntamente as informações do orçamento PNAES e o executado, trabalhando de forma  
41 transparente no GT; disse que fariam uma chamada para uma reunião sexta-feira, dia 10, às 14h30,  
42 para discutirem o trabalho e pactuarem um cronograma de trabalho. Sra. Francly disse que um  
43 último informe foi um pedido do conselheiro André sobre demandas de movimentação pensando no  
44 retorno de estudantes indígenas em situação de sofrimento; disse que foi realizada uma reunião na  
45 semana anterior com o CCI, CAAPE, SAADE, presidente do Comitê Covid, Prof. Bernardino, que  
46 havia feito um parecer da importância de não mobilidade nesse período sob bastante riscos, e  
47 técnicos da ProACE; disse que contaram com a participação dos estudantes indígenas de todos os  
48 campi, também do Sr. André que é conselheiro do CoACE; disse que os estudantes trouxeram suas  
49 angústias e dificuldades, Prof. Bernardino também pode explicar o momento da pandemia, os riscos  
50 desse trânsito, sendo um momento importante de construção. 1.2 INFORMES DAS UNIDADES:  
51 1.2.1. Trabalhos e atividades realizadas pela UAC no primeiro semestre no contexto da pandemia:  
52 Sra. Elaine disse que desde o início toda equipe vinha trabalhando remotamente realizando um  
53 trabalho de estudo e reformulação do Projeto Pedagógico da Unidade e Regimento da UAC; além  
54 de todo o trabalho administrativo que continuou, que as professoras mantiveram o contato com as  
55 famílias, enviando atividade para as crianças semanalmente, porém não atividades de educação a  
56 distância propriamente ditas, de ensino remoto, e sim atividades lúdicas e leves que as famílias  
57 poderiam ou não realizar com as crianças, não sendo atividades obrigatórias; disse que assim foram  
58 esses quatro meses; disse que a perspectiva era de poderem retornar agora em julho ou agosto, que  
59 foi feita uma reunião com o Prof. Bernardino e uma consulta formal e o que ele trouxe foi que a  
60 UAC não poderia retornar esse ano, assim como a UFSCar não retornaria a suas atividades  
61 presenciais, segundo disse o próprio Prof. as crianças eram como mosquito da dengue disseminando  
62 a doença de maneira muito fácil, e que nesse momento de ascensão da curva não deveriam  
63 retornar, apesar de o Estado e a Prefeitura estarem indicando um retorno para setembro, a  
64 orientação para a UAC era para não retornar; disse que estavam sendo feitas reuniões com as  
65 famílias, realizando um acolhimento; que foi feita uma grande reunião com as famílias com a  
66 presença do Prof. Bernardino e Profa. Cleunice, do DTPP, que também trabalha com a educação à  
67 distância e é estudiosa da educação infantil, para ajudar na discussão devido à situação que deixa as  
68 famílias e toda a equipe da UAC muito preocupada e apreensiva; disse que prepararam um  
69 questionário para diagnosticar famílias que se encontravam em vulnerabilidade econômica nessa  
70 situação de pandemia, e a situação de saúde da família, para quando houvesse o retorno esses dados  
71 pudessem auxiliar no estabelecimento de critérios de quem voltaria primeiro; disse que esse  
72 trabalho foi auxiliado pelas assistentes sociais da UFSCar, que o Prof. Bernardino também  
73 contribuiu e a equipe da UAC; finalizou dizendo que a UAC não retornaria no próximo semestre,  
74 mas que continuariam com as famílias e as crianças se reunindo, com atividades e encontros  
75 virtuais, que sabiam que tudo era muito incerto, mas tinham se orientado pelo Conselho Nacional de  
76 Educação, pelo parecer nº 5. 1.3 INFORMES DOS MEMBROS: Não houve informes. 2 ORDEM  
77 DO DIA - 2.1 Ata da 37ª Reunião Ordinária do CoACE: Prof. Leonardo questionou se havia  
78 alguma observação referente a ata, não havendo manifestações iniciou a votação da mesma que foi  
79 aprovada por unanimidade. 2.2 Ata da Reunião Extraordinária de 21 de novembro de 2018: Prof.  
80 Leonardo questionou se havia alguma observação referente a ata, não havendo manifestações  
81 iniciou a votação da mesma que foi aprovada por unanimidade. 2.3 Ata da 42ª Reunião Ordinária do  
82 CoACE: Prof. Leonardo questionou se havia alguma observação referente a ata, não havendo  
83 manifestações iniciou a votação da mesma que foi aprovada por unanimidade. 2.4 Ata da 43ª  
84 Reunião Ordinária do CoACE: Prof. Leonardo questionou se havia alguma observação referente a  
85 ata, não havendo manifestações iniciou a votação da mesma que foi aprovada por unanimidade. 2.5  
86 Ad referendum da ProACE que prorrogou o prazo para a realização do mapeamento dos discentes  
87 de graduação não contemplados pelo PAE que permaneceram nos campi durante a suspensão das  
88 atividades tendo em vista a pandemia gerada pelo Covid-19: Prof. Leonardo disse que em reunião  
89 prévia do Conselho foi levantada a necessidade do mapeamento, que fizeram a execução, mas  
90 houveram alunos que ficaram pendentes disso por esse motivo estenderam o prazo de inscrição para  
91 realizar uma melhor cobertura desses alunos que infelizmente acabaram entrando pelo SISU, mas

92 não foram contemplados pelo PAE em virtude da suspensão das atividades e que o GT que a Sra.  
93 Francy se referiu no início da reunião era justamente para que no segundo semestre pudessem  
94 direcionar as ações do Programa para atender da melhor forma possível esses alunos; não havendo  
95 manifestação o ad referendum foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. 2.6 Minuta  
96 do Programa de Acompanhamento dos Bolsistas (PAB): Prof. Leonardo disse que estava presente  
97 na reunião a Profa. Ana Paula Malfitano, que junto ao laboratório METUIA, coordenou essa  
98 atividade por dois anos juntamente com a ProACE e Stefany que também auxiliou nos trabalhos;  
99 disse que esse foi um processo árduo construído em conjunto com as equipes da ProACE que  
100 resultou na Minuta enviada aos conselheiros. Sra. Francy agradeceu ao laboratório METUIA que  
101 desde o início acompanhou o Programa que foi proposto pela ProACE, mas que contou com a  
102 parceria da ProGrad e colaboração da SAADE, um trabalho multicampi que teve também escuta  
103 dos estudantes bolsistas. Profa. Ana Paula agradeceu ao Prof. Leonardo e a Sra. Francy e iniciou  
104 uma apresentação para dar uma dimensão desse processo de alguns anos, até chegar na proposta  
105 encaminhada; disse que o METUIA era um laboratório ligado ao Departamento de Terapia  
106 Ocupacional e ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar que voltava  
107 para as temáticas da juventude, principalmente juventudes populares com ênfase nas discussões de  
108 direitos sociais e cidadania; disse que tiveram um convite da ProACE para mediar o processo de  
109 implementação do Programa de Acompanhamento ao Bolsista que culminou na discussão  
110 apresentada, a qual pretendia fazer uma síntese desse histórico e elucidar algumas dúvidas que  
111 poderiam ter surgido desse documento; disse que no início de 2018 estavam fazendo uma atividade  
112 de extensão juntamente aos técnicos da ProACE com a discussão da temática juventudes e  
113 contemporaneidade, em paralelo o CoACE estava discutindo e aprovou o Relatório da Comissão  
114 designada para o estabelecimento de critérios de rendimento mínimo acadêmico para bolsistas do  
115 PAE, esse relatório tinha como objetivo a discussão de critérios tendo como conclusão a questão de  
116 critérios equânimes entre bolsistas e não bolsistas, presidida pela Profa. Cássia Rodrigues, do  
117 DMed; disse que esse relatório foi o primeiro fruto da ProACE em função da discussão e da  
118 necessidade do estabelecimento de critérios para apresentação oficial sobre o Programa e os  
119 acompanhamentos em relação aos bolsistas; disse que nesse cenário que a ProACE convidou o  
120 METUIA para participar desse processo, que a motivação do Conselho e da ProACE na época  
121 tinham a ver com os aspectos legais que colocavam a necessidade de regulamentação dos  
122 programas de assistência estudantil e especificamente de mecanismos de acompanhamento e  
123 avaliação do PNAES a qual a UFSCar vinha sendo inquirida a responder sobre seus processos de  
124 acompanhamento dos estudantes; disse que em 2018 começaram uma discussão com técnicos e  
125 gestores integrantes da SAADE, ProACE e ProGrad tendo em vista a discussão do que seria um  
126 Programa de Acompanhamento na Universidade; disse que foram feitos seis encontros e  
127 estabelecido um grupo de trabalho, posteriormente os estudantes foram convidados a compô-lo, em  
128 alguns momentos tiveram a presença de representantes de Movimentos Estudantis e a grande  
129 discussão naquele momento foi que um Programa de Acompanhamento deveria prever ações que  
130 combatessem o alto índice de reprovação e retenção de estudantes bolsistas; disse que aquele  
131 primeiro grupo de trabalho de 2018 terminou com uma primeira versão de uma minuta e em 2019  
132 iniciaram um debate específico com os técnicos da ProACE e ProGrad sobre o que seria  
133 efetivamente esse acompanhamento e como poderia ser implementado, essas reuniões aconteceram  
134 de agosto de 2019 à janeiro de 2020, 69 encontros, desses doze com cada equipe da ProACE e ainda  
135 outros quatro encontros com as equipes unificadas e dois encontros em cada campi com os  
136 estudantes para apresentação da minuta; disse que houveram dois enfoques principais, o  
137 aperfeiçoamento dessa primeira versão da minuta, tendo como objetivo a sua veracidade em termos  
138 da incorporação daquela proposta de programa no cotidiano dos trabalhadores da ProACE, e  
139 também quais seriam a necessidade de instrumentos e técnicas para o trabalho local visando  
140 especificamente o acompanhamento dos estudantes; disse que cada equipe teve processos próprios,  
141 algumas construíram alguns instrumentos de trabalho que estavam em discussão e implementação  
142 localmente, mas como produto único tiveram uma segunda versão dessa minuta; disse que pegaram  
143 essa versão trabalhada detalhadamente com os técnicos da ProACE e tiveram alguns encontros com

144 a equipe da ProGrad para que pudessem aprimorar o que fosse necessário conforme o ponto de vista  
145 dessa Pró-Reitoria e posteriormente uma acessória jurídica informal para formatação da minuta nos  
146 termos de uma resolução da Universidade e organização da discussão com os estudantes visando a  
147 maior difusão dessa proposta de acompanhamento; disse que agora no mês de junho foram feitos  
148 quatro encontros virtuais para os quais os estudantes foram convidados, disparado para todos  
149 estudantes via mala direta da ProACE, assim como por redes sociais, com uma participação de 59  
150 estudantes nos quatro campi nesses quatro encontros; disse que de forma geral os estudantes  
151 apontaram que se sentiam contemplados com a redação dessa minuta sendo bastantes elogiosos ao  
152 processo cuidadoso de construção da minuta relatado, se sentindo priorizados como estudantes, e  
153 uma discussão unânime nos quatro encontros foi a proposição da inclusão da manutenção da  
154 assistência estudantil em momentos adversos que exigiam a suspensão das aulas, que veio em  
155 função do contexto que estamos vivendo da pandemia, então embora não explicitada a pandemia  
156 fizeram o acréscimo por sugestão dos estudantes dessa proposta; disse que feito esse processo com  
157 os estudantes a minuta foi encaminhada aos conselheiros e a proposta era que a partir da apreciação  
158 desse conselho ela pudesse ser uma resolução da Universidade; disse que o ponto central dessa  
159 proposição era a realização de acompanhamentos, que estavam definidos como processo  
160 sistematizado de ações diversas, organizadas em rede e pactuadas junto com os estudantes bolsistas  
161 no que tange às questões que impactam sua trajetória acadêmica, oferecendo recursos e suporte para  
162 sua formação, voltada ao princípio que os técnicos levantaram no início desse processo com relação  
163 a combater a evasão e alto índice de repetência, buscando um melhor suporte aos bolsistas; disse  
164 que a minuta estava dividida em cinco capítulos: Dos princípios e diretrizes, dos objetivos, da  
165 operacionalização, controle social, do monitoramento e avaliação; disse que enquanto laboratório  
166 METUIA foi um prazer conhecer mais de perto o trabalho realizado pelos técnicos(as) da ProACE  
167 no acompanhamento com os estudantes e poderem estar envolvidos com a discussão desse  
168 importante programa que se preocupa com os estudantes bolsistas da UFSCar; colocou-se a  
169 disposição para eventuais dúvidas. Prof. Leonardo agradeceu pelo trabalho realizado e abriu para as  
170 dúvidas e colocações. Sra. Francy disse que esse trabalho teve devolutiva das equipes da ProACE  
171 que também puderam avaliar o processo e dar devolutivas a condução e coordenação do METUIA e  
172 que o parecer das equipes era que foi um processo bastante positivo e a expectativa era de  
173 construção do processo de implementação. Profa. Paula Costa Castro parabenizou pela minuta e  
174 disse que quando vinha falando no artigo 10º sobre a formação da rede ele incluía os Centros  
175 nomeadamente as Coordenações de Curso e depois no parágrafo 6º desse mesmo artigo falava  
176 inclusive da responsabilidade das Coordenações de Curso e chefias, no item 3 dentro desse  
177 parágrafo, quanto a importância do acompanhamento acadêmico as faltas e desempenho ao longo  
178 do semestre; disse que via que haviam duas pontas soltas que ao seu ver com esse desenho que se  
179 tinha hoje seria impossível, que seria os coordenadores de curso, chefes de departamento não terem  
180 acesso as faltas e notas dos alunos ao longo do semestre, que o SIGA ele só permitia que o  
181 professor colocasse as notas e a frequência no final do semestre, no período de digitação das notas,  
182 e nem os alunos e nem os coordenadores de curso tinham acesso a isso que inclusive era uma  
183 questão que prejudicava os professores algumas vezes na avaliação do MEC; que reconhecia que os  
184 alunos e coordenadores não tinham acesso a esses dados ao longo do semestre e isso fazia com que  
185 às vezes os cursos perdessem notas, dependendo da validade que o avaliador colocava para esse  
186 ponto específico; disse que sua sugestão não seria nem mudar a minuta, que estava excelente, mas  
187 se haveria acesso a frequência e notas tanto pela coordenação quanto pelos alunos ao longo do  
188 semestre; disse que por outro lado as coordenações e chefias não sabiam quem eram os bolsistas,  
189 conseguindo apenas acompanhar quando o estudante pedia ajuda, e se ele perdesse a vaga por falta  
190 de desempenho mínimo, intervindo, mas já era tarde demais, sendo que esse olhar mais cuidadoso  
191 para o bolsista era de grande validade, sugerindo que houvesse alguma forma de os coordenadores  
192 poderem saber quem seriam esses bolsistas para poderem acompanhar de uma forma mais  
193 personalizada, com mais atenção, participando realmente e integrando essa rede. Profa. Ana Paula  
194 resgatou que durante esse processo foi bastante comentado a importância desses registros de  
195 informação e o quanto que não tinham vários deles disponíveis, e que algumas coisas durante esse

196 processo foram feitas, como a parceria da ProACE e da ProGrad para que pelo menos ao meio, no  
197 final do primeiro semestre a ProACE tivesse as informações, com exceção do campus Lagoa do  
198 Sino que o acompanhamento é anual, para que pudessem no mínimo terem essas possibilidades de  
199 saberem como estavam os estudantes, mas que acreditava que umas das funções do programa seria  
200 tencionar meios que pudessem ter de maiores registros e informações desses estudantes para um  
201 melhor acompanhamento e que a minuta previa que a centralidade desse acompanhamento seria da  
202 ProACE, ou seja, os técnicos da ProACE acionariam as coordenações de curso para determinados  
203 casos específicos quando necessário e de acordo com o estudante para alguns acompanhamentos,  
204 mas que no desenvolvimento desse programa poderiam ter inclusive o aprimoramento de alguns  
205 sistemas de dados, sugestões de modificação no SIGA para que esses pontos que eram bastante  
206 importantes pudessem ser aprimorados durante o tempo. Não havendo mais manifestações Prof.  
207 Leonardo colocou em votação a minuta do Programa de Acompanhamento dos Bolsistas (PAB) que  
208 foi aprovada por unanimidade. Prof. Leonardo disse que se felicitava muito pensando em um legado  
209 que deixariam na ProACE e reforçou seu agradecimentos a todos que participaram do processo. 2.7  
210 Inclusão de Excepcionalidade no caso de Situação de Violência Intrafamiliar: Prof. Leonardo disse  
211 que a sugestão seria fazer um adendo dentro do PAE com a inclusão do artigo 21º. Sra. Francy disse  
212 que precisavam retomar que benefício era a bolsa moradia vaga, que era destinada a estudantes  
213 vindos de outras cidades para cursarem seu primeiro curso de graduação, que passaram pela  
214 avaliação socioeconômica e tinham o perfil para bolsistas, mas que para acessar essas vagas  
215 precisariam vir de outras cidades; disse que acontecia que se deparavam em algumas situações com  
216 rupturas de vínculo em virtude de situações de violência, de estudantes que tinham núcleo familiar  
217 na cidade, mas acabavam não podendo contar com essa rede de apoio em virtude de situações de  
218 violência; disse que nesses casos tentavam primeiramente acionar a rede socioassistencial porque  
219 situações de ruptura de vínculo e violação de direitos era foco de atenção dos CREAS que eram os  
220 Centros de Referência Especializados em Assistência Social, mas por vezes a própria rede não  
221 conseguia dar o suporte ao estudante, de ofertar alguma alternativa de moradia e muitas vezes essa  
222 situação de violência desfavorecia o convívio naquele núcleo familiar e acabavam se deparando  
223 com essa situação e pela regulamentação do Programa não podiam fazer o alojamento mesmo que  
224 excepcional e provisório desse estudante bolsista nas moradias estudantis, por isso a inclusão desse  
225 caráter de excepcionalidade para que pudessem fazer o atendimento com isonomia porque cabia aos  
226 gestores fazerem a garantia jurídica do Programa; disse que a ideia era trazer isonomia para os  
227 quatro campi de situações de violência para que de uma maneira excepcional e provisória pudessem  
228 acolher esse bolsista com vínculos rompidos com sua famílias que residiam na cidade, acolhendo e  
229 demandando da equipe técnica ações de acompanhamento e inserção, de acionarem o sistema de  
230 garantia de direito, a rede socioassistencial na tentativa de superar essa situação. Prof. Leonardo  
231 apresentou o texto que se aprovado iria compor o PAE: “Parágrafo segundo: Aos bolsistas do PAE,  
232 oriundos das cidades dos campi onde estudam, mas que se encontram com vínculos familiares  
233 rompidos em razão de violência intrafamiliar, será facultado o acolhimento excepcional e  
234 provisórios nas Moradias Estudantis. Nos campi onde elas não estejam implantadas possibilita-se a  
235 dotação da Bolsa Moradia em Dinheiro. O acolhimento excepcional poderá ser requerido a qualquer  
236 tempo e precisa seguir o seguinte protocolo: a) Caberá ao profissional da assistência estudantil  
237 apresentar um relatório social à ProACE com as devidas comprovações da situação de violação de  
238 direitos; b) Acionamento dos órgãos de defesa de seus direitos, bem como da rede socioassistencial  
239 municipal para inserção do bolsista nas políticas sociais existentes visando assegurar sua proteção  
240 social; c) Deverá ser construído em conjunto com o bolsista um plano de acompanhamento para  
241 necessária identificação em sua família extensa ou em sua rede social o suporte necessário para a  
242 superação de sua situação de vulnerabilidade.” Prof. Marcio Peron disse que era interessante a  
243 introdução desse artigo e que sua dúvida era se estavam abrindo a possibilidades apenas do bolsistas  
244 PAE ou supondo que um estudante que não fosse bolsista PAE e passasse por uma ruptura familiar,  
245 se ele seria atendido pelo artigo. Sra. Francy disse que a pessoa teria que ser bolsista para ser  
246 atendida porque o uso das moradias estudantis era uma bolsa, uma pessoa que não era bolsista e  
247 passasse por uma situação dessa teria que ir até a ProACE, ser acolhido, fazer o procedimento de

248 avaliação socioeconômica e se tivesse o perfil para acessar poderia acessar. Profa. Eliane Arruda  
249 disse que também achou importante a inclusão desse artigo e questionou sobre o relatório que o  
250 assistente social teria que incluir comprovando essa situação; disse que ficava vago para ela como o  
251 profissional comprovaria essa violação. Sra. Francly disse que o assistente social tinha o  
252 instrumental de escuta, que era a entrevista, onde colhia o depoimento, conversava, fazia o  
253 acolhimento e escuta, e que grande parte das situações de violação de direito elas podiam ser  
254 comprovadas com Boletim de Ocorrência, não sendo obrigatório porque o registro era de direito de  
255 quem era vítima de uma situação de violência, não podendo ser algo obrigatório, mas que acontecia  
256 no cotidiano, que orientavam que o estudante tinha direito de fazer o registro ou não, mas que o  
257 próprio acolhimento, relato, fala, entrevista, com esses dados o assistente social podia realizar o  
258 trabalho técnico e fazer o relatório social. Profa. Eliane questionou se bastaria a entrevista e a  
259 comprovação do que o profissional entendeu. Sra. Francly respondeu que sim que orientavam  
260 sempre a fazer o registro, mas ele não era obrigatório. Profa. Eliane respondeu que nem sempre o  
261 aluno fazia um boletim de ocorrência, que devia ser uma situação bastante rara. Sra. Francly disse  
262 que não era raro, mas que muitos não queriam fazer a denúncia e que se respeitava, não podendo  
263 condicionar um benefício a uma denúncia que tivesse que partir de quem era vítima; disse que se  
264 acionada a rede, acessando determinadas garantias com registro do Boletim de Ocorrência, sendo  
265 isso de decisão do estudante. Profa. Paula disse que achava importante essa questão de como seria  
266 essa comprovação, mas que achava interessante o artigo ficar mais amplo nesse sentido porque  
267 dentro dos documentos comprobatórios o próprio assistente social poderia ter escalas que nem  
268 conheciam ou que seriam publicadas formas de comprovar e de medir ou analisar, como as  
269 entrevistas que tinha a escuta qualificada, havendo outras escalas que seriam padronizadas e  
270 validadas, laudos técnico confirmando, provas testemunhais, uma série de questões que poderiam,  
271 por exemplo, deixar algo de fora e dessa forma sempre tendo que fazer emendas e que dessa forma  
272 geral facilitaria ficando mais perene. Sra. Francly disse que sentia bastante a vontade para falar do  
273 trabalho realizado pelas assistentes sociais, pois era assistente social e não docente, disse que existia  
274 uma diferença entre o relatório social e a perícia social, que eram duas situações diferentes, que  
275 nesse caso estavam falando do relatório, que era a síntese do trabalho técnico realizado, que então o  
276 assistente social poderia fazer a entrevista, poderia fazer visita, poderia fazer acionamento de rede e  
277 a síntese desse trabalho técnico era registrado no relatório fazendo a indicação que sim houve  
278 violação e o assistente social tinha fé pública e sua colocação por si só era uma comprovação da  
279 situação de violação de direito que o assistente social estaria assinando podendo anexar outras  
280 comprovações, mas elas não seriam obrigatórias porque como foi falado essa era uma decisão de  
281 quem sofreu a violência e caberia ao técnico fazer a devida orientação da importância e das  
282 consequências que se tinha ao fazer um registro de boletim de ocorrência nessa situação. Prof.  
283 Eduardo Pinto e Silva sugeriu substituir comprovações por indicações, que o relatório seria  
284 indicativo, um BO, uma foto da situação comprovaria, mas muitas vezes isso não existiria; disse  
285 que achava que por uma série de técnicas elas eram indicativas, sugerindo essa alteração. Sra.  
286 Francly disse que a professora estava dizendo que com as técnicas da assistente social seriam  
287 comprobatórias, disse que achava que várias situações que os levariam a crer, que a perícia social  
288 era instrumento de prova, mas que ali a inserção não era de perito e sim de assistência, não vendo  
289 problemas, mas que em sua opinião o próprio relatório era um instrumento comprobatório, mas que  
290 não via problemas em substituir a palavra. A discente Amanda Lélis questionou se nesses casos  
291 específicos enquanto a pessoa não passasse pelo processo, pela conversa com a assistente social, ou  
292 no caso de quem não era bolsista, passar pela avaliação socioeconômica, ele ainda estaria morando  
293 com os familiares se fosse um caso grave, por exemplo; disse que estava lembrando-se de um caso  
294 em que auxiliou uma desconhecida que o irmão estava ameaçando de morte e ela tinha que sair com  
295 urgência. Sra. Francly respondeu que a inclusão na moradia era uma etapa, mas, por exemplo, uma  
296 pessoa que estivesse com uma situação de violação de direitos, em primeiro lugar se tentaria  
297 recompor a pessoa com um apoio dentro da sua rede familiar, dentro do seu suporte de amigos,  
298 porque a moradia era uma bolsa e não um equipamento para urgência, que o que estavam  
299 favorecendo era que se tramitasse, mas a situação era acolhida emergencialmente o que não

300 significava que o estudante sem ser bolsista iria entrar nas moradias estudantis porque havia todo o  
301 processo de registro e a legalidade do acesso ao benefício, o que não significava dizer que a pessoa  
302 ficaria desprotegida, que se acionaria a rede na tentativa de se fazer uma colocação pelo menos  
303 provisória; disse que a ideia não era tornar a moradia um lugar onde as pessoas entrariam por  
304 urgência, mas sim que se fosse facultado enquanto se fazia esse processo de estruturação e de  
305 suporte que ficasse nas moradias estudantis. Não havendo mais manifestações Prof. Leonardo  
306 colocou em votação a inserção do artigo de Excepcionalidade no caso de Situação de Violência  
307 Intrafamiliar no PAE que foi aprovado por unanimidade. 2.8 Relatório da Comissão de Saúde  
308 Mental: Prof. Leonardo disse que estava presente na reunião Prof. Jair Barbosa, do DMed, e Prof.  
309 Eduardo Pinto e Silva que juntos estiveram a frente da comissão de saúde mental e traziam para o  
310 Conselho o relatório que sintetizava esse trabalho. Sra. Francly retomou como surgiu essa comissão,  
311 que desde 2017 que a ProACE vinha fomentando ações de saúde mental, tentando fazer uma  
312 composição de profissionais que trabalhavam com saúde mental na tentativa de pensarem ações  
313 para a comunidade universitária; disse que conseguiram juntar um grupo e se fazer um trabalho,  
314 dividindo os grupos em frentes de trabalho, de pesquisa, produção de materiais e cartilhas, que  
315 discutia a questão de prevenção ao suicídio, e essa ação de política e rede, que resultou em um  
316 projeto de extensão e a iniciativa de se instituir no CoACE essa comissão para se pensar a política  
317 institucional, sendo esse movimento que vinha amplo desde 2017 quando se constituiu a comissão e  
318 que depois de constituída o Prof. Jair, os técnicos da ProACE, o Prof. Eduardo representando esse  
319 Conselho, representantes de diversos setores da Universidade se dedicaram a esse trabalho e esse  
320 bonito produto; parabenizou a todos que compuseram essa comissão. Prof. Leonardo também  
321 agradeceu ao Prof. Jair e ao Prof. Eduardo por esse importante trabalho desenvolvido. Prof. Jair  
322 agradeceu ao Prof. Leonardo e a Sra. Francly por poder trazer o trabalho dessa comissão que  
323 começou em 2018, mas como colocado, os trabalhos iniciaram antes para tentar trazer algumas  
324 ações de saúde mental para a UFSCar; agradeceu a todos que participaram desse trabalho que foi  
325 bem participativo, o que foi a ideia desde o início, de se fazer um trabalho colaborativo e  
326 representativo de todos da UFSCar; disse que a comissão começou querendo fazer um texto técnico,  
327 mas como técnicos refletiram se seria representativo e então se organizaram para fazer um texto de  
328 diretrizes de políticas de saúde mental para UFSCar de uma forma em que as pessoas tivessem voz  
329 e voto, no formato de conferências, com uma divisão prévia em sete eixos; disse que foi uma  
330 conferência em Lagoa do Sino, uma em Sorocaba e uma local unindo São Carlos e Araras  
331 realizadas no mês dez, e no mês onze realizaram a conferência ampliada; disse que essas  
332 conferências locais levaram alguns temas para a conferência ampliada, onde esse texto foi  
333 trabalhado e votado; apresentou o texto aos conselheiros para que fosse discutido e posteriormente  
334 se aprovado pretendiam apresentá-lo no ConsUni; disse que a ideia era de construir diretrizes que  
335 não ficassem engavetadas, sabiam que nem tudo seria efetivado a curto, médio ou longo prazo;  
336 disse que os eixos trabalhados foram: Promoção e Prevenção; Redução de Danos; Assistência;  
337 Gestão, Informação e Pesquisa; Acadêmico e Pedagógico; Documentação, Corregedoria e Código  
338 de Ética e Combate à Violência Institucional; disse que em todos esses eixos surgiram a ideia de  
339 que seria necessário alguma instância dentro da UFSCar que cuidasse da saúde mental, que ficou  
340 aberto no texto, que poderia ser uma secretaria, grupo de trabalho, comissão permanente, essa foi  
341 uma demorada discussão nas conferências e não conseguiram chegar a nenhuma conclusão, apenas  
342 de que precisava ter institucionalizado algum lugar que trabalhasse isso; disse que depois do texto  
343 feito na conferência enviaram ele para ProGrad, SAADE, Ouvidoria e ProGPe para que  
344 apresentassem pareceres referente a esse texto, sendo os quatro pareceres favoráveis. Sra. Francly  
345 questionou sobre essa instância que poderia ser criada para coordenar e pensar as ações de saúde  
346 mental, porque hoje cabia a ProACE fazer o provimento das ações de cuidado em saúde para a  
347 comunidade interna e tinham propostas, diretrizes e uma certa autonomia para realizar as ações,  
348 sendo importante compor, mas também dizer que existia uma equipe técnica que pensava ações, que  
349 faziam as coisas e que essa instituição criada pudesse também contemplar essa autonomia técnica e  
350 atividades realizadas pelas equipes da ProACE. Prof. Jair disse que a ideia era essa, que fosse uma  
351 instância que trabalhasse em conjunto com a ProACE. Prof. Eduardo disse que essa foi uma

352 comissão de mais de quarenta pessoas que trabalharam bastante, que era uma grata satisfação fazer  
353 parte dela desde o início; disse que foi feito um diálogo da comissão também com todos os centros,  
354 por duas vezes e compareceram as reuniões de todos os Centros, levando uma discussão prévia, e  
355 posteriormente um dos centros solicitou que a comissão elaborasse um questionário para que  
356 opinassem em relação ao que seria prioritário para uma política de saúde mental, foi feito esse  
357 questionário com escala de likert, colocando varias opções em relação a possíveis ações, desde  
358 melhor distribuição na carga de atividades, ampliação e melhorias dos espaços de socialização,  
359 acolhimento grupal dos alunos com stress, ansiedade ou depressão, acolhimento individual, isso  
360 rebatido para servidores, porque se tratava de uma política para toda a Universidade, por mais que o  
361 alvo de preocupação maior fosse os alunos, mas que teriam que pensar que todas essas questões  
362 também acometiam os servidores; foram 33 itens onde a pessoa colocava se considerava de  
363 relevante a imprescindível, de 1 a 5, isso foi passado inicialmente a todos os centros e ampliado  
364 posteriormente para todos os estudantes, por fim tiveram mais de 740 questionários respondidos,  
365 fizeram uma tabulação, e reiteraram algumas proposições que achavam que deveriam fazer que se  
366 consubstancializaram nos sete eixos que foram levedados para as conferências locais; disse que em  
367 Araras tentaram realizar uma conferência também, mas que ninguém compareceu, mas que em São  
368 Carlos e Sorocaba tiveram uma boa participação, que o pessoal mais envolvido de Araras participou  
369 na conferência de São Carlos; disse que foi uma grande satisfação e que essa abertura e  
370 possibilidade que lhe trouxe de poder estar colaborando na elaboração dessa proposta foi uma das  
371 coisas mais enriquecedoras dos últimos anos na UFSCar sendo para ele as proposições  
372 fundamentais, valorizar permanentemente o papel da Universidade como espaço promotor de saúde  
373 e conquistas socioculturais, um ambiente universitário saudável, outra seria poder entender, propor  
374 e realizar todas as intervenções no âmbito da estrutura institucional que promovessem a saúde  
375 mental, entendendo que a saúde mental teria que ser uma questão na qual houvesse uma  
376 transversalidade, não sendo uma ação que desse apenas no âmbito da expertise, na USE ou órgãos  
377 ligados à ProACE que fazem o papel de assistência a saúde com foco na saúde e saúde mental, que  
378 pudessem pensar essas intervenções que já eram feitas, tanto que na comissão muitas pessoas já  
379 estavam trabalhando nesses órgãos e ações, sendo a ideia dar uma organicidade e coordenação a  
380 tudo isso que já existia elaborando diretrizes como aprovado nas conferências, que essas  
381 intervenções pudessem promover a saúde mental realizando a prevenção dos agravos e também o  
382 trabalho de posvenção, enfim a ideia era a construção de uma rede de atenção e cuidado a pessoas  
383 em sofrimento mental, contemplando inclusive processos e parcerias internas e externas; disse que a  
384 questão de como isso se daria precisariam discutir aqui no CoACE onde foi constituída a comissão,  
385 que indicaram também que ela fosse levada ao ConsUni porque daí seria um outro grau de  
386 legitimação, e a partir da aprovação dessas diretrizes gerais poderiam ver qual comissão ou grupo  
387 de pessoas estariam sendo encarregados para implantação disso, que poderia ser uma nova  
388 comissão; disse que tinham os pareceres favoráveis, mas que sabiam da dificuldade que teriam para  
389 poderem implantar uma ideia dessas, que tinham fases de curto, médio e longo prazo, então essa  
390 discussão se seria uma secretaria, uma comissão permanente ou a alocação dessa coordenação de  
391 saúde mental dentro de algum dos órgãos como na ProACE ou na SAADE, seriam hipóteses, mas  
392 que isso teria que ser legitimado na instância superior da Universidade para que constituem um  
393 grupo responsável a partir desse ponto de deliberação para que pudessem pensar como realizar isso,  
394 que quando se diz uma secretaria seria legal, mas ousado, precisariam de recursos, ou alocar um  
395 grupo dentro da ProACE, mas a ProACE já tinha uma grande demanda de trabalho, não sendo  
396 possível pegar as pessoas que já estavam alocadas lá, então um grau de contingente de recursos  
397 humanos teria que ser viabilizado para esse projeto, assim como a SAADE que deu o parecer  
398 favorável, mas não poderia pegar esse trabalho mais todo o trabalho que já realiza e “carregar nas  
399 costas”, uma comissão permanente poderia ficar solta, não seria ligada a nenhuma Pró-Reitoria,  
400 então foram questões discutidas nas conferências, mas que chegaram a conclusão que seriam  
401 decisões posteriores a aprovação das diretrizes. Sra. Franczy parabenizou novamente, que tiveram  
402 técnicos da ProACE dos quatro campi que participaram, parabenizando a eles por integrarem essa  
403 comissão como parte do trabalho que já executavam, disse que a ProACE e o CoACE não tinham

404 condições de aprovarem uma política institucional para além da sua esfera, sendo as propostas que  
405 as diretrizes iriam além da ProACE, sendo uma primeira aprovação no CoACE para posteriormente  
406 seguir para o ConsUni, e que fosse primeiro aprovado as diretrizes para num segundo momento  
407 partirem para a implantação. Sra. Caroline Beier disse que integrou a comissão no início e final e  
408 foi um trabalho muito bonito, a experiência da conferência foi especial e o relatório estava bem  
409 detalhado, que na conferência não se chegou a um consenso de onde seria esse grupo que manteria  
410 acessa as chamadas da saúde mental na UFSCar, que ativaria ações, trabalharia com vigilância  
411 epidemiológica, construindo os fluxos e acionando as redes, trabalhando com formações e  
412 capacitações, mas gostaria de registrar se seria interessante sair do Conselho algum posicionamento;  
413 trouxe algumas falas das conferências, que algumas pessoas achavam que a SAADE era uma ótima  
414 articuladora, que a mesma acolheria o grupo como um trabalho de articulação, outros que por ser  
415 algo transversal ficaria na Reitoria, outros que a ProACE possuía os técnicos e executava grande  
416 parte do trabalho; disse que mesmo compreendendo ela como transversal sendo todos  
417 corresponsável pela promoção de saúde e de sofrimento, entendia que essa era uma questão da  
418 implementação, mas não sabia se caberia ao CoACE ter algum posicionamento sobre onde seria o  
419 local para alocar esse grupo. Prof. Leonardo respondeu que seriam passos que teriam que dar em  
420 relação à política e que naquele momento apreciariam o relatório, que seria a base, contudo não  
421 caberia ao CoACE ponderar sobre onde se encaixaria, pois como o Prof. Eduardo mencionou seria  
422 necessário uma infraestrutura para isso, sendo uma decisão que deveria passar por um Conselho  
423 Superior, sendo no entanto fundamental que colocassem essa pedra fundamentando a base para isso  
424 acontecer no futuro através a apreciação do relatório da comissão. Não havendo mais manifestações  
425 o ponto foi colocado em votação e o relatório da Comissão de Saúde Mental foi aprovado por  
426 unanimidade. Prof. Leonardo disse que tiveram três pontos de pauta muito importantes,  
427 principalmente o 2.6 e 2.8 que foram realizados por um grande período e envolveram recursos  
428 humanos e agradeceu novamente a todos os envolvidos e a todos que contribuíram, registrando sua  
429 felicitação por ter os três pontos aprovados por unanimidade. Sra. Franci também agradeceu a todos  
430 que participaram dos dois processos, principalmente aos técnicos da ProACE que participaram das  
431 duas frentes e que era uma grande felicidade essas aprovações, pois eram pautas da ProACE desde  
432 2016. Não havendo manifestações a reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente e  
433 dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente  
434 ata, que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.

435 Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente) \_\_\_\_\_

436 Sra. Franci Mary Alves Back (Pró-Reitora Adjunta) \_\_\_\_\_